

PERCURSO HISTÓRICO-ESTÉTICO DA IDEIA DE FORMAÇÃO

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i30p40-55>

Saete de Almeida Cara¹

RESUMO

Este texto pretende examinar algumas linhas de força de *Formação da Literatura Brasileira* no percurso crítico de verificação do andamento da nossa formação histórico-social e análises do modo de estruturação estética dessa experiência, a partir do próprio tempo do crítico Antonio Candido. Nesse percurso, o golpe de 1964 é decisivo, como se pode observar a partir de textos dos anos de 1970 até sua reflexão sobre a acumulação da “tragédia moderna” (Raymond Williams), em *O discurso e a cidade*, chegando a um depoimento de 2008.

PALAVRAS-CHAVE:

Formação;
estruturação formal;
golpe de 1964;
percurso crítico.

ABSTRACT

This text intends to examine the dynamic principles (main lines) of Formação da Literatura Brasileira (1959), in which way Antonio Candido studies the process of our historic-social development and analyzes the aesthetic structuring process involved in this experience. It considers Candido's writing moment, given that of the Brazilian 1964's Coup was a decisive mark in the local history. The analyzed texts go through five decades, up to Candido's comparative reflexions on the accumulated "modern tragedy" (Raymond Williams) including O discurso e a cidade and a personal statement from 2008.

KEYWORDS

*Formation;
literary structuring;
Brazilian 1964's coup;
critical path.*

¹ Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Formação da Literatura Brasileira de Antonio Candido (livro preparado e redigido entre 1945 e 1957, publicado em 1959) será considerado aqui como etapa de um percurso de análises e reflexões de um crítico literário do nosso segundo momento formativo, os anos de 1930¹, quando uma tradição ensaística local apostou na construção de uma nação integrada e na industrialização do país (não custa lembrar ainda a promessa do café nos primeiros anos da vanguarda modernista que, afinal, fez água já no fim dos anos 20).² Ao longo de toda a sua obra, Antonio Candido irá confrontando ritmos da nossa formação histórico-social e processos de estruturação estética.

Referindo-se ao primeiro momento formativo em texto de 1950 (“Literatura e cultura de 1900 a 1945”), observa que a “dialética entre localismo e cosmopolitismo”, sendo “uma lei de evolução da nossa vida espiritual”, se dá como “integração progressiva” da “tensão” entre experiência local e “moldes herdados da tradição europeia”, respectivamente “substância da expressão” e “forma da expressão”. Essa dialética, no entanto, que pode se manifestar como contradição entre materiais historicamente disponíveis e forma literária, trará impasses e configurações futuras problemáticas³, como se vê nesse texto escrito nos mesmos anos de *Formação da Literatura Brasileira*.⁴ Assim, por exemplo, ao

¹ Sobre a literatura dos anos 1930, Antonio Candido destaca o “caráter de *movimento* dessa fase do romance, que aparece como instrumento de pesquisa humana e social, no centro de um dos maiores sopros de radicalismo da nossa história. Ao lado da ficção, o ensaio histórico-sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período”, afirma, referindo-se a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, em um “decênio de intensa pesquisa e interpretação do país”. Cf. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010 (11ª ed.), p. 131.

² Sobre a singularidade do processo formativo de um crítico literário. Cf. ARANTES, Paulo. “Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido de Formação*. São Paulo: Companhia das letras, 1997; dos mesmos autores, “O sentido da formação hoje”. In: *Revista Praga* n. 4, São Paulo: Hucitec, 1997. Cf. também SCHWARZ, Roberto. “Saudação *honoris causa*”; “Sobre a *Formação da Literatura Brasileira*” e “Os sete fôlegos de um livro”. In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das letras, 2014 (2ª ed.).

³ Para uma abordagem das condições da produção literária latino-americana e sua relação com os modelos das literaturas europeias, em texto de 1969, cf. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006 (5ª ed.).

⁴ “Entretanto, há uma dialética também das posições dialéticas. O conflito entre localistas e universalistas ligava-se ao ciclo da independência política e da liquidação — longa no tempo — do complexo colonial. Era preciso diferenciar o país da ex-metrópole portuguesa, e também afirmar o seu estatuto de nação culta. Assim, uns insistiam na originalidade do Brasil, e outros no caráter ocidental de sua civilização. A dialética do local e do universal dá o balanço desta oposição, situando os termos inimigos no interior de um mesmo movimento de afirmação da identidade nacional, em que eles se complementam harmoniosamente. Ocorre que o concerto das nações civilizadas, de que aspirávamos fazer parte e a que esta dialética prometia conduzir, caiu

acompanhar a produção entre 1900 e 1945, Antonio Candido observa, nos anos 1940 (“ou pouco antes”), um “novo anseio generalizador” instigado por “novas condições da vida intelectual”, redefinição do lugar da literatura, divisão do trabalho intelectual e captura do público por novos meios expressivos. Nesse anseio dos “nossos dias de sectarismo estreito acotovelando-se com o formalismo”, ele detecta encastelamento na pesquisa poética, egotismo existencial amaneirado e crítica de base neoformalista, dissociados da experiência brasileira, sugerindo que talvez se tratasse, sob novos aspectos, de um “momento de cosmopolitismo que convém ultrapassar rapidamente”. A exigência posta ao escritor, sob a ameaça de não formalizar um sentido para sua matéria, é então a de recolher e elaborar a “substância do tempo presente” com consistência formal interna à obra, sem “se separar da vida e seus problemas” (CANDIDO, 2010a, p. 117, 143, 136).

De modo que é possível perguntar pela singularidade da resposta de Antonio Candido ao nosso percurso histórico-formativo, atento à objetividade da forma caucionada pelo material do tempo, levando em conta os momentos esteticamente malogrados e – o que é decisivo – a própria experiência que lhe é contemporânea. Em entrevista de 2009, concedida a Maria Augusta Fonseca (“Sobre Antonio Candido”), Roberto Schwarz assinala: “À discussão teórica centrada em conceitos mais ou menos isolados, separados de sua esfera real de atuação, ele prefere a interpretação em funcionamento, cujos problemas e resultados (que são valiosos também fora do campo literário) vão surgindo passo a passo. É como se na prática opinasse que as discussões doutrinárias, com seu universalismo implícito e distância do objeto, ficam aquém da complexidade e do interesse do trabalho crítico. Por este lado o roteiro dos ensaios, com suas etapas muito diversas, cujo encadeamento é sempre uma surpresa, talvez seja mais elucidativo do que a indicação dos conceitos principais” (SCHWARZ, 2019, p. 265).

A partir do livro de 1959, o crítico literário vai apreendendo um processo mais amplo, em análises de estruturas e conteúdos subjetivos e objetivos como material histórico-social esteticamente formalizado.⁵ É

em descrédito. Em lugar dele veio à primeira plana a história mundial do Capital, de que a colonização da América, o imperialismo de uns e a dependência econômica, política e cultural de outros, além da luta de classes, formam capítulos inseparáveis. A dialética do local, nacional, universal e categorias afins nem por isso ficam sem propósito. Mas redefinem os seus termos, e desaparece a sua promessa de harmonização.” Cf. SCHWARZ, Roberto. “Duas notas sobre Machado de Assis”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 169.

⁵ Edu Teruki Otsuka mostrou que, nos rodapés do “jovem Antonio Candido” entre 1943 e 1945, a percepção de crise comum de formas da ordem burguesa e do próprio gênero ainda convive com uma interpretação dualista do país (progresso da “burguesia litorânea” e atraso do interior), apostando na sua superação. Os rodapés dão os primeiros sinais de interesse pelo processo de constituição do nosso romance, ainda tímidos se comparados ao ponto de vista crítico estético-histórico que presidirá o livro de 1959. Cf. “Romance e expectativa: Antonio Candido e o romance brasileiro antes de *Formação da Literatura Brasileira*”. In: FONSECA, Maria Augusta e SCHWARZ, Roberto (orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018.

desse modo que, nos dois blocos iniciais de *O discurso e a cidade* (1993), analisando comparativamente obras nacionais e estrangeiras do passado e do presente, Antonio Candido põe à prova desafios estético-históricos e dá a ver uma reflexão sobre a tragédia moderna acumulada que é também uma reflexão sobre estruturas literárias.⁶ No caso, as realistas e as não canonicamente realistas de romances dos séculos XIX e XX, como fica explícito no prefácio (1992) desse livro. Nessa direção, o ensaio “Quatro esperas” (1990) sobre um poema de Constatino Cavafis, um conto de Kafka e romances de Dino Buzzati e Julien Gracq arma conjunto com leituras de romances naturalistas oitocentistas (Émile Zola, Giovanni Verga, Aluísio Azevedo, que Antonio Candido desenvolveu nos anos de 1970).

Em “Quatro esperas”, o poema de Cafávis traz “uma contínua aspiração à catástrofe” de “consciências e civilizações”; já na narrativa de Kafka, a incerteza da história e do tempo leva os homens à obediência de um Alto Comando que não sabe de si, e à vã espera “pelo que nunca vai acontecer”, enquanto permanecem atrelados a um presente sobre o qual também nada sabem. No romance de Dino Buzzati, a “ilusão de um perigo virtual e constante” e a “expectativa permanente” se confundem com a esperança do indivíduo quanto ao reconhecimento do próprio valor, enquanto o tempo da espera é reduzido a um “eterno presente”; no romance de Julien Gracq, a narrativa alusiva (e personagens ambivalentes) trata de uma longa espera pela catástrofe numa sociedade parada, que encontra sentido na sua própria destruição. (CANDIDO, 2010b, p. 135-63).

“Quatro esperas” é “estudo desconcertante” e de “assustadora atualidade”, segundo Paulo Arantes, que traz à baila outro livro “fora do esquadro”, *Tese e Antítese* (1964), ligado à ideia de catástrofe e avesso. “Pois não foi assim com outro livro igualmente fora do esquadro, *Tese e antítese*? Neste é visível o fascínio do autor pelo tema romântico por excelência do Eu dividido, dilacerado pelos “bichos do subterrâneo”, revirado pelos avessos. E como num dos ensaios se mostra que nascemos para a catástrofe em busca de sobrevivência, não seria muito difícil nem arbitrário encaminhar até o litoral de Sirtes, ou à Fortaleza de Bastiani, um Lord Jim também ‘à espera do momento ideal para dar a sua medida’ – uma espera precursora, em suma. Por onde andamos? Eis uma pista” (ARANTES, 2018, p. 431, 433, 441).⁷

⁶ O conceito de “tragédia moderna” de Raymond Williams (1966) se refere à “ordem” capitalista (efetivamente uma desordem) – crise social, desigualdade, humilhação e sofrimento da vida popular e cotidiana. “A mais profunda e mais característica forma da tragédia do nosso século” é a divisão profunda entre sociedade e indivíduo como “perda da crença em ambas, e essa é a nossa maneira de falar de uma perda da crença na totalidade da experiência da vida”. WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 182. Sobre a presença de Brecht e o papel do Labour Party no jogo da administração capitalista mundial, nessa reflexão a respeito da tragédia moderna, cf. COSTA, Iná Camargo. “Tragédia no século XX”, prefácio a Raymond Williams. In: *Tragédia moderna, op. cit.*

⁷ Fechando seu texto, Paulo Arantes pergunta, a título de especulação, por que teria ficado de lado, na escolha dos textos analisados em “Quatro esperas”, “a mais escancarada espera do meio

Na acumulação desse percurso crítico, as análises literárias, os textos sobre o singular radicalismo da nossa tradição intelectual e as falas de intervenção mirando acontecimentos políticos do seu tempo também armam conjunto.⁸ No processo da nossa formação cultural, histórica e social, o golpe de 1964 é ponto de inflexão, com desdobramentos e perspectivas assustadoras: “o mundo começou a cair no Brasil em 1964 e continuou ‘caindo sempre’, salvo para quem se iludiu enquanto despencava”. (ARANTES, 2014, p. 286). O senso de Antonio Candido quanto às proporções sombrias de longa duração instaladas pelo golpe, que explicitou a vertente “moderna” do nosso processo peculiar de “civilização”, está presente também num discurso de 2008, aos noventa anos de idade: um espírito crítico que não cede à desistência e afronta os desafios impostos pelo seu tempo presente (“como se pudéssemos”), ainda que na posição pessoal vigorosa pareça já não caber inteiramente o “pessimismo a prazo curto” e o “otimismo a longo prazo” de uma fala publicada em 1978 (CANDIDO, 2002, p. 375), à qual voltarei logo mais.

Nesse discurso que Antonio Candido proferiu em 2008, ao receber o prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano na Faculdade de Direito do largo de São Francisco, ele mesmo se qualifica, não sem ironia, como um “espírito talvez obsoleto de velho intelectual participante”. Depois de repassar sua carreira literária inicial e lembrar que, naquela faculdade, tinha começado “a militar contra as ditaduras, como um dos fundadores do Partido Libertador, surgido em 1939” e, mais tarde, na Frente da Resistência “formada por estudantes liberais e socialistas desta e de outras faculdades”, faz um raro acerto de contas, como sempre de olho no presente. Cito.

“O que estou dizendo se refere cronologicamente aos anos de 1940, isto é, mais de meio século atrás. Portanto, os generosos confrades da União Brasileira de Escritores foram buscar um intelectual bem antigo, bem fora do tempo, para confortá-lo com esta distinção consagrada. Devo ser de fato tão antiquado, que venho sendo definido em algumas instâncias como “ilustrado”, devidamente entre aspas, como alguém preso a uma visão de

do século seguinte”, a de Godot, de Beckett. Cf. ARANTES, Paulo. “Uma educação pela espera”. In: *Antonio Candido 100 anos, op. cit.*, p. 433. Outros textos de Antonio Candido referidos por Paulo Arantes são o prefácio a *Cartas de um piloto de caça: o treinamento e o combate de 1943-1945* e “As cartas do voluntário” (1958), publicados em *O observador Literário*.

⁸ No discurso “Perversão da *Aufklärung*”, de 1985, publicado no mesmo ano com o título “E o povo continua excluído” no *Jornal do Brasil*, o crítico afirma que o “ideal ilustrado” dos tempos das Independências latino-americanas sustentou a exclusão enquanto um “saber de classe”, deixando sempre “os objetivos ideais cada vez mais para adiante” e mantendo viva “a contradição fundamental da ideologia ilustrada” que, nos países europeus, pôde ser solucionada pelo menos “de modo parcial”. Apenas à luta popular caberia romper estruturas – “o ritmo de dança macabra dos extremos” – e as “sobrevivências da Ilustração, cara ao liberalismo burguês”. Cf. CANDIDO, Antonio. “Perversão da *Aufklärung*”. In: *Textos de intervenção*, com seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2002. Cf. também “Radicalismos” e “Uma palavra instável”. In: *Vários escritos*. São Paulo: Livraria duas cidades, 1995 (3ª ed.).

tipo teleológico da história e do pensamento. Devo esclarecer que, ao contrário do que se poderia pensar, considero esta restrição como um elogio. Ela quer dizer que me mantenho fiel à tradição do humanismo ocidental definida a partir do século XVIII, segundo a qual o homem é um ser capaz de aperfeiçoamento, e que a sociedade pode e deve definir metas para melhorar as condições sociais e econômicas, tendo como horizonte a conquista do máximo possível de igualdade social e econômica e de harmonia nas relações. O tempo presente parece duvidar e mesmo negar essa possibilidade, e há em geral pouca fé nas utopias. Mas o que importa não é que os alvos ideais sejam ou não atingíveis, concretamente na sua sonhada integridade. O essencial é que nos disponhamos a agir como se pudéssemos alcançá-los, porque isso pode impedir ou ao menos atenuar o afloramento do que há de pior em nós e em nossa sociedade. E é o que favorece a introdução, mesmo parcial, mesmo insatisfatória, de medidas humanizadoras em meio a recuos e malogros. Do contrário, poderíamos cair nas concepções negativistas, segundo as quais a existência é uma agitação aleatória em meio a trevas sem alvorada.”⁹

Em “O tempo do contra”, uma fala de 1978, o crítico valoriza a posição “do contra” como oposição ao autoritarismo ditatorial, à “ordem estabelecida”, a “um capitalismo fortíssimo, um capitalismo extremamente poderoso, o capitalismo da era dos monopólios”, à “desigualdade econômica e social baseada nas formas mais agressivas e mais desagradáveis que o capitalismo jamais assumiu” e à “tendência das classes dominantes que vêm reforçar os controles da conservação”. E, perguntando se já estaríamos prontos para nos livrar de uma “cultura alternativa do contra misturada com “a favor”, afirma que a abertura política funcionava como “uma espécie de conta-gotas”, que mascarava a realidade sem que houvesse uma transformação essencial e que, no entanto, tinha sido uma “concessão” aspirada por todos aqueles que estavam “contra a censura, contra a opressão, contra a ditadura”. Se otimismo e “euforia capitalista”, naquele momento pós 1964, já não se restringiam às classes dirigentes, ao lado deles tinha se desenvolvido uma “mentalidade radical”, quando “já estávamos instalados” na “era dos militarismos, a era das ditaduras, a era do reforço do poder”. Prenúncios da “sólida era conservadora” que se avizinhava (e da qual a própria abertura, nos seus termos, também teria sido prenúncio, podemos conjecturar). Não espanta, portanto, que o crítico, naquele momento, tenha descrito seu ânimo construtivo como “pessimismo a prazo curto” e otimismo a longo prazo. (CANDIDO, 2002, p. 372-4, 375).¹⁰ Quanto iria durar o longo prazo de otimismo?

⁹ O discurso pode ser acessado em <http://terramagazine.com.br>

¹⁰ “Com o golpe de 64 a dimensão democratizante do processo chegava a seu fim. Mas não o próprio nacionalismo desenvolvimentista, que depois de uma curta interrupção — um momento

“O tempo do contra”, no conjunto já referido de textos de reflexão sobre a formação da nossa elite, textos de intervenção e textos de crítica literária, pode ajudar a encaminhar a reflexão exposta um ano depois em “A nova narrativa”, de 1979, que tem como assunto o desafio da representação da “substância do tempo presente”.¹¹ Assinalando que a hegemonia cultural das técnicas do romance e da mídia, de extração norte-americana “nos nossos dias”, traziam o “espetáculo de uma violência ficcional que correspondia à violência real”, observa “certa fisionomia comum” no processo de modernização predatória latino-americana, mergulhada numa experiência particular de violência. Um resultado irônico da nossa aspiração de igualdade com os países modelo?

Interessa retomar uma questão que, sem alarde, está nesse texto de 1979 que, ao fim e ao cabo, se refere ao sentido histórico-social da acumulação estética no âmbito da experiência de desagregação social e violência ditatorial. Retomo seu argumento: se a partir de 1930, nosso romance tinha sido consolidado em linhas diversas, nas quais coube uma aguda consciência social, nos anos 1960-1970 o ímpeto experimental e formalmente inovador de um “realismo feroz”, sobretudo em textos curtos (“o conto, a crônica, o sketch”), instala uma “verdadeira legitimação da pluralidade” de linguagens e gêneros, numa “multiplicidade tolerante”. “Estamos diante de uma literatura do contra”. Essa tendência, segundo o crítico, poderia ser “efeito das vanguardas artísticas, que por motivos diferentes tinham favorecido um movimento duplo de negação e superação” aguçado, já nos anos de 1960, com a “recusa trepidante” do anti-tradicionalismo tropicalista.

Os textos curtos daquele momento elegem a narrativa em primeira pessoa, num “ultrarealismo sem preconceitos”, no qual o crítico reconhece força e expansão da escrita literária. Enquanto os discursos em terceira pessoa, o indireto e o indireto livre (“uma prudente fusão”) da tradição naturalista da nossa prosa, e a despeito da simpatia literária do escritor pelas figuras populares, preservavam “a distância social” entre narrador e personagem e ratificavam a posição superior do intelectual em país de trabalho escravo, agora a voz narrativa deseja aderir “a todos os níveis de realidade”, sem “contraste crítico entre narrador e matéria narrada”,

inicial de submissão direta aos interesses norte-americanos – voltava e até se intensificava, agora sob direção e com características de direita. A tal ponto que uma fração da intelectualidade, mais desenvolvimentista e anti-imperialista que democrática, acompanhou com certa simpatia o projeto dos generais de transformar o Brasil em grande potência. O ciclo chegou ao fim com os dois choques do petróleo, a crise da dívida e sobretudo com os novos saltos tecnológicos e a globalização da economia, que somados levantaram uma muralha e transformaram a paisagem. Nos anos 80, ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia dinheiro”. Cf. SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das letras, 2014 (2ª ed.), p. 194.

¹¹ Sobre este texto, cf. Homero Vizeu de Araújo, “Notas sobre ‘A nova narrativa’ de Antonio Candido: experimentalismo na narrativa e impasses do narrador romanesco sob o regime autoritário”. In: *Futuro pifado na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014, p. 15-30.

apagando “as distâncias sociais, identificando-se com a matéria popular” em tempos de repressão, brutalidade e violência. A experimentação que “se concentra no pequeno fazer de cada texto”, no entanto, diminuiria a “ambição criadora” que, decerto, significa força artística capaz de problematizar a forma narrativa e seus assuntos, num viés de longa duração. Mas o que podem revelar esses contos, que tem João Antonio e Rubem Fonseca como exemplos?

Rubem Fonseca dá ao crítico material de reflexão: no procedimento de alternância entre uma “espécie de discurso direto permanente” (que leva à identificação com a matéria popular) e descrições da sua própria classe social (momentos de menor força), o crítico detecta a atualização de uma camisa de força (que, pode-se dizer, expõe em termos mais cínicos a distância social da “prudente fusão” do indireto livre): um “novo exotismo especial no trato do “marginal, da prostituta, do inculto das cidades”, que fisga o “leitor de classe média” pela chave do pitoresco (uma espécie de cumplicidade numa violência cujos alvos ficam indiscriminados?). E como ler João Antonio? Num texto curto de 1996, “Na noite enxovalhada”, a leitura formal trará a resposta, quando o crítico aponta, entre outros, o procedimento de elaboração e invenção da fala, da oralidade e do coloquial na própria voz narrativa que, de resto, foi uma das pedras de toque da sua análise comparativa de Émile Zola e Giovanni Verga (cada um a seu modo) em *O discurso e a cidade* – uma solução estilística do romance naturalista (ignorada pelos detratores desse romance no seu tempo e pela má compreensão da posteridade, é bom lembrar). Uma sugestão a pedir desenvolvimento e diz respeito à banalização da violência: mais uma vez, portanto, se evidencia o caminho histórico-estético de sua reflexão formativa.

Desse modo, a observação crítica que leva a pensar, sendo formal, vai além do mero aplauso à experimentação e inovação técnica por elas mesmas, revelando o conteúdo de verdade da relação entre escritor e matéria popular como um problema, que não se reduz à “simpatia literária”, nem à denúncia conteudística. Pois nas suas indagações sobre os textos curtos daqueles anos – que são, como se viu, uma “literatura do contra” – não deixa de estar implícita (ainda que não nomeada) e, assinala-se, no mesmo movimento, uma posição a favor. Contra o estilo elegante, a convenção da verossimilhança realista, a lógica narrativa, a própria ordem social em tempos de violência urbana. E a favor da atomização do “ímpeto narrativo”, do “ritmo acelerado”, do “Impacto produzido pela Habilidade ou a Força”, do “realismo feroz”, “da visão fulgurante”, da inovação como rotina (os clichês da moda), dos competentes exibicionismos temáticos e técnicos, da aposta no provisório dos achados formais, do engate na aceleração do tempo, da estética do choque, do “envolvimento agressivo” do leitor e sua leitura apressada. Uma conjugação do contra e do “a favor”, portanto (se for possível ler

desse modo), numa ficção que não traz “afirmação explícita de ideologia”, mas expõe na própria encenação do procedimento técnico, com vistas a um pretense encurtamento da distância entre narrador e matéria narrada, o lugar social do ponto de vista narrativo (além de excitar uma argúcia crítica e abalar critérios de avaliação). De modo que as indagações do crítico se voltam também para o desafio dos critérios estéticos que não se limitem a descrever técnicas narrativas. A pergunta final alcança toda a reflexão que ali se ensaia, já costurando uma possibilidade de sistematização histórico-estética: “Seria um acaso? Ou seria um aviso?” (CANDIDO, 2006, p. 246-59, 260)

Vale perguntar, nessa altura, se as linhas de força que historiam e analisam os momentos decisivos dos anos de 1750 a 1880, e são resultados de análises das obras em seu próprio tempo, ganham novos sentidos quando mediados por novas condições objetivas. Volto, portanto, ao livro de 1959, onde a configuração histórico-literária dos materiais já é determinante. Como se sabe, e como ele mesmo afirma, ali seu ponto de vista crítico já vai na contramão do “divórcio entre história e estética, forma e conteúdo, erudição e gosto, objetividade e apreciação”, da “fatura como elemento autônomo” e da “confusão entre formalismo e estética” (CANDIDO, 2009, p. 31). *Formação da Literatura Brasileira* é um “estudo de obras”, com acurada pesquisa das fontes, de um processo formativo de classe dominante (que “vinha de antes e continuou depois”). O crítico pretende “integrar contradições” de várias ordens na forma literária, abafadas pelo “espírito de esquema”. No momento em que escreve *Formação da Literatura Brasileira*, ele entende que é preciso discernimento diante do tom geral do tempo, que privilegiava mistura de critérios de valor, experimentação técnica e desejo de abarcar uma vasta produção de arte no tempo e no espaço. A experiência do presente é uma das linhas de força que continuará costurando seu percurso crítico pós *Formação da Literatura Brasileira* (*Idem*, p. 18-32).

Outras linhas de força, ali presentes, também pedem atenção dos leitores de hoje. Dentre elas, a “hipótese do ‘sistema’ literário” (p. 18), conceito muitas vezes compreendido como positividade e pressuposto abstrato – o de uma nação enfim socialmente integrada, minimizando contradições. É que correspondendo ao empenho histórico de formação e independência nacional, que o jovem Machado de Assis recolheu, distanciado, em seu texto de 1873, “Instinto de nacionalidade”, o sistema literário se completa “no passado, mais ou menos à volta de 1870, antes da abolição da escravatura” (deslocado, portanto, de um “projeto de completar a sociedade”). E se Antonio Candido “não escreve com o propósito militante de levá-lo a bom termo”, diferindo nisso dos seus contemporâneos formativos (SCHWARZ, 2014, p. 65), para ele o sistema literário formado é, antes, resultado de um processo que implica mediação social e formal e não uma solução: os problemas se desdobrarão de modos

diversos, pedindo reexame estético e histórico nas novas temporalidades histórico-sociais.

É o que se pode ler em “Esquema de Machado de Assis” (1968), que destaca a “anatomia sinistra” do segundo Machado – “o criador de um mundo paradoxal, o experimentador, o desolado cronista do absurdo” (pressentido por Augusto Meyer e Lúcia Miguel-Pereira nos anos 1930, por Roger Bastide nos anos 1940). Os procedimentos formais machadianos (“arcaísmo de superfície”, distanciamento do narrador, “técnica de espectador” como uma “espécie de imparcialidade”) apanham o “contraste entre a normalidade social dos fatos e a sua anormalidade essencial”, num “estranho fio social” conduzido pela “soberania do interesse” em “homens de corte burguês impecável, perfeitamente entrosados nos mores de sua classe”, com rendas e respeito dos pares sociais. Esse contraste leva a uma “compreensão igualmente profunda das estruturas sociais”. Segundo Antonio Candido, o motivo recorrente da “relação entre o fato real e o fato imaginado” demole as ilusões da liberdade individual, como fará Proust ao tratar do ciúme.

Nessa leitura de Machado de Assis, o ganho formal da relação dialética entre o local e o cosmopolita alcança, portanto, uma dimensão que, para o crítico, garante a atualidade do escritor na ficção do século XX e, observe-se, justamente entre escritores não canonicamente realistas: mais viva do que muitos dos seus contemporâneos europeus, ela interessaria hoje a leitores de Proust e Kafka, Faulkner e Camus, Joyce e Borges, aproximando-se das preocupações de Conrad. (CANDIDO, 1995, p. 17-39). Vale lembrar que a “comédia do progresso que nada soluciona”¹² (atual ao tempo de Machado e também nossa contemporânea) é a versão própria, em país de matriz colonial, da crise já instalada em países europeus, como no caso do Segundo Império francês (problema que arma a comparação entre Émile Zola e Aluísio Azevedo em *O discurso e a cidade*). Os termos da modernização brasileira conjugarão, na passagem para a República, exploração do trabalho de herança escravocrata, jugo proprietário sobre os novos pobres ditos livres (ex escravos e imigrantes), abertura ao capital estrangeiro, mercado de ações e especulação financeira.

Uma terceira linha de força de *Formação da Literatura Brasileira* é justamente a referida dialética entre localismo e cosmopolitismo instada a

¹² Roberto Schwarz irá dar um passo analítico decisivo ao tornar mais complexas essas intuições, dando chão histórico-social à construção machadiana da “feição moderna do desconjuntamento colonial” no qual, no âmbito da elite, “o sentimento de modernidade adquiria tom caricato”, nos seguintes termos: “Ao perceber que a verdade do movimento histórico era esta e ao fazer dela a pauta de sua composição romanesca, Machado alcançava a sua altitude de grande escritor, com ponto de vista certo sobre uma problemática local de alcance contemporâneo: a comédia do progresso que nada soluciona encaixava-se brilhantemente na ordem da atualidade, que através dele mostrava afinidades retrógradas, pouco admitidas e iníquas por sua vez. Onde os companheiros de ofício, anteriores e posteriores, buscavam superações nacionais, Machado refletia sobre as ilusões correspondentes e a dinâmica e o significado escarninho da continuidade no impasse”. Cf. “Outra Capitu”. In: *Duas Meninas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 143.

expor na forma literária, como se viu, uma “promessa de harmonização” que passa a “exigir e reproduzir desigualdades e alienações de toda espécie, numa escala inconcebível de reparação difícil de imaginar” e “trazendo à frente a história da má-formação nacional, como instância grotesca ou catastrófica do capital” (SCHWARZ, 1987, p. 169). Ao observar, no livro de 1959, que a incorporação dos modelos metropolitanos se dá “não a despeito daquelas normas e fontes, como se pensa desde o Romantismo, mas por causa delas” (CANDIDO, 2009, p. 19), fica de certo modo explicitada a natureza antagônica (social e formal) da “dupla fidelidade” no processo de tensão e elaboração da matéria local, sobre a qual Antonio Candido se deteve num dos pontos altos de suas análises comparatistas, “De cortiço a cortiço” (a mencionada comparação entre romances de Émile Zola e de Aluísio Azevedo).

Destaque-se, como ponto chave, que a configuração desse romance brasileiro vai além das intenções do próprio autor, tal como mostrou Roberto Schwarz em “Adequação nacional e originalidade crítica”. (SCHWARZ, 2014, p. 27- 53). Lembremos ainda que o crítico, ao identificar o narrador com o “emissor latente” de um ditado popular do tempo (“para português, negro e burro, três pés: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar”), mostra que a fatura formal da prosa do romance dá a ver, como “verdade dos pés”, a agressividade de classe desse narrador disposto a assumir o comando do processo de acumulação primitiva (a exploração direta do próximo), capitaneada, no romance de Aluísio, pelo português João Romão. (CANDIDO, 2010b, p. 116).¹³

Nos primeiros parágrafos do prefácio de 1957 do livro publicado em 1959, mais uma linha de força retoma justamente o modo como, para o crítico, a estrutura da obra comanda sua função histórico-social. Daí seu propósito de equilibrar e “definir ao mesmo tempo o valor e a função da obra”, tarefa que reunindo leitura histórica e estética, todavia não as confunde (CANDIDO, 2009, p.11). Voltando ao assunto em 1961, duas formulações do texto “Estrutura literária e função histórica” poderiam ser epígrafes da análise publicada em 1979, uma leitura por ele testada em sala de aula, “Movimento e Parada”. São elas: “a função histórica ou social de uma obra depende de sua estrutura literária” e “o estudo da função histórico-social de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura”. (CANDIDO, 2010a, p. 177, 199).

¹³ Escolhendo os ensaios de Antonio Candido que lhe parecem exemplares num roteiro de sua produção crítica, Roberto Schwarz afirma, na entrevista de 2009 a Maria Augusta Fonseca, já citada: “Se for para escolher, fico com “Dialética da malandragem” e “De cortiço a cortiço”, em que está realizado o principal do projeto de Antonio Candido. São ensaios inovadores em muitas frentes, cuja envergadura, apesar do prestígio, não foi devidamente avaliada. Talvez porque ficaram confinados ao campo acadêmico dos estudos brasileiros, que entretanto eles desprovincianizaram de maneira decisiva. Como a nossa ideia de adiantamento é reboquista, mais ligada ao rótulo do que à coisa, foi pouco notada a concepção nova de forma que propunham. Sem incorrer em reducionismo, esta desenvolvia um modo materialista de articular os planos estético e social”. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Seja como for, op. cit.*, p. 265-6.

No texto de 1961, a leitura do poema *Caramuru* de Santa Rita Durão (1781) mostra que o ideal romântico-nacionalista de “brasilidade”, em sua busca de um “específico” nacional, entroniza o poema *Caramuru* como “pré-romance indianista” quase cinquenta anos depois, numa “dupla distorção, ideológica e estética” e contando com a própria ambiguidade da estrutura e da construção do herói do poema (*Idem*, p. 177-99). Como já tinha tratado no capítulo “O passadista”, em *Formação da Literatura Brasileira*, a obra de Durão combinou exótico brasileiro (descrição da vida e costumes indígenas), elogio da colonização jesuítica e consideração da “revelação divina”. Destaco, todavia, a análise do mesmo poema em “Movimento e Parada”, que está no livro *Na sala de aula*.

Nessa análise, o mesmo olhar crítico do presente, que detecta a “possível atualidade” de *Caramuru* na “violência e opressão, disfarçadas por uma ideologia bem arquitetada, que tranquiliza a consciência” (num poema que “não ficaria deslocado em nosso tempo excepcionalmente bruto e agressivo”), também percebe, num breve episódio, a irrupção de uma “ambígua dialética dentro da mentalidade colonizadora” que o poeta compartilha: glorificação da “ordem verdadeira do católico colonizador e predatório”, acatamento da violência “como salvação”, louvação do “triunfo da ordem a qualquer preço”. No breve episódio que suspende o “gosto do conflito” (guerras e combates violentos), outro problema se evidencia: o “componente americano” instalado na tradição traz indícios da catástrofe que destruirá o índio e sua cultura, e que Jararaca não consegue perceber, “encantado” por Paraguaçu que está adormecida. O “deslumbramento do guerreiro extremamente patético” é ratificado pela “imagem do mundo natural no espelho dos sonhos”.

Desse modo, a “suspensão do tempo, da guerra, da imposição religiosa, da brutalidade colonizadora” é, ao mesmo tempo, “símbolo daquela ordem” catastrófica que destruirá o índio, representante do universo da desordem, mal supremo para “aquela gente”. Desse modo, a “novidade americana”, tal como está no poema, se torna “exótico para o europeu e europeu para o brasileiro”. O crítico lembra ainda que, em Minas Gerais, essa ambiguidade constitutiva “se complicava, porque a desordem dos arraiais mineiros constituía problema inquietante, que levou a considerar a áspera superordenação colonial como condição (mesmo iníqua) de paz e trabalho” (como se sabe, Santa Rita Durão via o país do além-mar) (CANDIDO, 2017, p.11, 32, 29, 30).¹⁴

Na sua leitura do segundo momento formativo, os anos de 1930 também terão que se haver com paradoxos. Para ficar com “A Revolução

¹⁴ Sobre a gênese do “fastidioso e medíocre” poema épico *Vila Rica* (1773), de Claudio Manoel da Costa, que trata de “mineiros rebeldes e fiéis à autoridade régia, terminando ambos com o triunfo da autoridade legítima, que põe termo a um período de distúrbios e abre outro de prosperidade”, cf. “No limiar do novo estilo: Claudio Manoel da Costa”. In: *Formação da Literatura Brasileira, (momentos decisivos 1750-1880)*, op. cit., p. 105.

de 30 e a cultura” (1980), o crítico ali reconhece o avanço do período (rotinização das “aspirações, pressentimentos e inovações” anteriores, interesse sociológico e literário pelo país, pelo “negro, o índio, o trabalhador rural, o operário e o pobre”, crítica à opressão do trabalho e ao pensamento autoritário do passado e do presente, “boom” editorial”, conquistas no ensino público laico, “corte progressista” no ensino superior), mas reconhece também que a “democratização dentro de setores privilegiados” é devedora do papel da própria elite, mantendo a “sujeição das camadas dominadas” em tempos de “exigências de uma crescente racionalização burocrática”. E conclui que, “se pensarmos nos pobres, a “maioria absoluta da nação, foi quase nada”. As transformações ficam restritas a uma minoria, “devido ao desnível de uma sociedade terrivelmente espoliadora” que não altera a situação do “grosso da população” e não modifica a estrutura social.

Do mesmo modo, reconhecer a novidade estético-social do “romance do Nordeste” e a ampliação do alcance regionalista tradicional não implicou deixar de reconhecer, nas produções do tempo, a despeito de uma “maior consciência a respeito das contradições da própria sociedade”, o risco de “desdém pela elaboração formal”, muitas vezes sem preocupação de “fundir de maneira válida a ‘matéria’ com os requisitos da ‘fatura’”. Observa então déficit de realização no caso de supervalorização dos propósitos ideológicos (“sua força e a sua fraqueza”), que pode levar a prosa a desaguar no “informe” (em escritores de direita e de esquerda) enquanto, na poesia, ele vê uma tendência diversa, capaz de expressar o “dilaceramento da consciência estética” na esteira da radicalização moderna dos materiais (e da crise do verso) (CANDIDO, 2006, p. 219-22, 232-39).

Retomo alguns passos desse percurso histórico-estético sobre os impasses formativos da nossa literatura, pensando no que ele poderia trazer para o crítico hoje, ao ler o modo como a literatura atual vem enfrentando as condições do presente. A mescla perversa das posições “do contra” e do “a favor”, antigo e permanente dilema no trato com a matéria brasileira, talvez apareça agora em novas configurações, mais difíceis de apreender na medida em que implicam (como sempre, aliás) seus leitores e críticos literários. No âmbito da mercantilização cultural contemporânea, uma das questões, tal como sugeriu Antonio Candido ao tratar das produções dos anos de 1960 e 1970 (“A nova narrativa”), é que a valorização de dicções técnicas de ponta pode fazer passar como questionamento social o que, a rigor, é uma posição ambígua (de classe?) em relação à segregação social constitutiva da lógica do capital. Por isso mesmo, examinar a posição social da própria escrita literária (e também da produção crítica) constitui um desafio crítico de grande interesse.¹⁵

¹⁵ Sobre o paradoxo da posição social da própria escrita que, como em Mário de Andrade, ativa um “experimentalismo estético de ponta” para ir além do “substrato pré-burguês” nacional,

A “racionalização burocrática” (referida por Antonio Candido, em 1980) se impõe no nosso tempo como forma insidiosa de racionalidade: uma forma de governabilidade que integra, nos seus termos, a própria subjetivação em práticas e condutas normatizadas, como se fossem escolhas individuais.¹⁶ Vale lembrar a simbiose entre um dito poder estatal – cujas ilusões de desenvolvimento organizam os interesses do capital – e o poder de um mercado regulado, mas dito livre, que embaralham a consciência crítica dos bem pensantes e dos perdedores de sempre. Num estágio do capitalismo que já rifou sua própria racionalidade clássica, a referência nacional parece também rifada por um futuro pouco promissor, que não é só nosso, mas (e de novo, como sempre) nos diz respeito. Isso posto, para seguir a trilha aberta pelo crítico literário Antonio Candido, as contradições entre materiais e formas ainda tem o que dizer sobre o modo como as obras produzidas hoje vem tratando daqui, isto é, da experiência que nos cabe, “a substância do tempo presente”, a saber, as crenças (globais e locais) construídas sobre os escombros da vida pública e privada e a crescente violência da pobreza.

constitutivo, no entanto, da matéria à qual se quer conferir patamar moderno (incluindo o lugar do intelectual), cf. SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997, p. 131-44.

¹⁶ Cf. DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte; Poche, 2010.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo, “Providências de um crítico na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação*. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “Ajuste intelectual”. In: HADDAD, Fernando (org.). *Desorganizando o consenso*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo; Ed. Vozes, 1988.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “1964”. In: *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “Uma educação pela espera”. In: FONSECA, Maria Augusta e SCHWARZ, Roberto (orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018.
- ARAÚJO, Homero Vizeu. “Notas sobre a nova narrativa: experimentalismo na narrativa e impasses do narrador romanesco sob o regime autoritário”. In: *Futuro pifado na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014.
- CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995 (3ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*, seleção, apresentação e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *A Educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006 (5ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. *O observador literário*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008 (4ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2009 (12ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010a (11ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010b (4ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. “Na noite enxovalhada”. In: *Revista Remate de Males* n. 19. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.
- CANDIDO, Antonio. “Prefácio a *Cartas de um piloto de caça: o treinamento e o combate de 1943-1945*. In: PIRES, Eloisa Rocha (org.). *Idem*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Na sala de aula*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017 (9ª ed.).
- COSTA, Iná Camargo. “Tragédia no século XX”, prefácio a Raymond Williams, *Tragédia moderna*. São Paulo: Cosac & naify, 2002.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde (essai sur la société néolibérale)*. Paris: La Découverte; Poche, 2010.
- OTSUKA, Edu Teruki. “Romance e expectativa: Antonio Candido e o romance brasileiro antes de Formação da Literatura Brasileira”. In:

FONSECA, Maria Augusta e SCHWARZ, Roberto (orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das letras, 2014 (2ª ed.).

SCHWARZ, Roberto. *Seja como for*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Tragédia moderna*. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & naify, 2002.

Salete de Almeida Cara é professora livre-docente da Universidade de São Paulo. Atuou como consultora *ad hoc* do CNPq, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e é membro do comitê editorial de revistas especializadas da área. Suas pesquisas e publicações mais recentes, com ênfase em Literatura Comparada, se dão em torno dos seguintes temas (e respectivos autores): o romance naturalista francês, a crítica literária e o romance naturalista brasileiro, crítica e romance nos séculos XX e XXI. Contato: saletecara@uol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3092-4784>